



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES

DECRETO Nº 11.318/2026

CERTIFICO QUE FIZ PUBLICAR NO MURAL  
EM 03/02/26

Gabinete de Presidência

MARIO CESAR SPADETTI  
CHÉFE DE GABINETE  
DECRETO Nº 11.066/2025

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PROFESSOR - DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA (DT), NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MUNIZ FREIRE/ES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE**, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 2.598/2019, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 2.900/2026;

**CONSIDERANDO** que o art. 7º, §1º, da Lei Municipal nº 2.598/2019 autoriza, excepcionalmente, a fixação da remuneração dos professores contratados temporariamente por ato do Poder Executivo, observados critérios de valorização profissional, proporcionalidade da carga horária, complexidade das atribuições pedagógicas e limites orçamentários;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar atratividade, continuidade pedagógica e eficiência administrativa na prestação do serviço educacional no exercício letivo de 2026;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir o adequado preenchimento de vagas temporárias para o regular funcionamento da Rede Municipal de Ensino no exercício de 2026.

**DECRETA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES

**Art. 1º.** A remuneração mensal dos profissionais contratados temporariamente para o exercício da função de Professor – Designação Temporária (DT), no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Muniz Freire, fica fixada na forma deste Decreto, observados:

- I. a formação exigida para o exercício da docência;
- II. a carga horária semanal atribuída;
- III. os critérios de valorização profissional previstos no art. 7º, §1º, da Lei Municipal nº 2.598/2019;
- IV. os limites legais de despesa com pessoal;
- V. a disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Educação;
- VI. a vigência restrita ao exercício financeiro de 2026.

**Art. 2º.** Para os profissionais contratados temporariamente para a função de Professor, com habilitação mínima em Licenciatura Plena, a remuneração mensal será fixada no seguinte valor:

- I. Para uma jornada de 25 (vinte e cinco) horas semanais o valor será de R\$ 3.211,00 (três mil, duzentos e onze reais), resultando o valor da hora aula trabalhada em R\$ 128,44 (cento e vinte e oito reais, quarenta e quatro centavos).

**Parágrafo único.** Os valores previstos neste artigo constituem parâmetros remuneratórios específicos para os contratos temporários de docência, fixados com base em critérios de valorização profissional, proporcionalidade da carga horária e dignidade da função pedagógica.

**Art. 3º.** Este Decreto produzirá efeitos exclusivamente durante o exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 7º, §3º, inciso III, da Lei Municipal nº 2.598/2019.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Muniz Freire/ES, 03 de fevereiro de 2026.

  
**GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**